

A correlação positiva entre a exploração da propriedade intelectual e o desenvolvimento oscioeconómico de um país

*Paulo Roberto Colombo Arnoldi, Fabio Garcia Leal Ferraz
y Ana Luiza Figueira Porto*

Resumo

O presente trabalho visa realizar um estudo entre a ligação da propriedade industrial e o desenvolvimento do país, trazendo um caso exemplificativo, abarcando obras relacionadas, culminando com a conclusão sobre o tema.

1. Introdução

A ciência e a tecnologia são alicerces úteis para o país que pretende reestruturar sua economia ou decolar financeiramente.

A importância do progresso tecnológico por meio de incentivos governamentais nas esferas política, fiscal e estrutural tem sido retratada há várias décadas.

Neste trabalho buscou-se analisar a ligação entre a propriedade intelectual e o desenvolvimento econômico do país, trazendo elementos jurídicos e sociais, bem como um caso exemplificativo, referente à Coreia do Sul, que obteve grande crescimento econômico após seu governo ter implementado medidas de incentivo à propriedade industrial no país.

2. A ligação entre a propriedade intelectual o desenvolvimento

Há uma correlação positiva entre o desenvolvimento econômico de um país ou região com o desenvolvimento e incentivo à pesquisa, desenvolvimento, em outras palavras, à criação de propriedade intelectual.

A propriedade intelectual, notadamente a propriedade industrial, alavanca a sociedade, pois protege o conhecimento útil, que se traduz em tecnologia, e, se há transferência de tecnologia, haverá desenvolvimento. (BARRAL, 2007)

Com relação ao Brasil, o país demonstra um grande potencial de conhecimento tecnológico, tendo diversos artigos científicos publicados, se ranqueando bem entre os países desenvolvidos, neste quesito.

Porém, há um “grande vale” entre a ciência e o mercado no Brasil. Isso porque no país há vários indicativos de que o mercado não se comunica com a ciência desenvolvida.

Facilmente se observa no país os principais pontos que necessitam ser desenvolvidos para que se possa aproximar a ciência do mercado. Por exemplo, o país é muito forte em publicações científicas, pois possui um corpo de profissionais altamente qualificados. Porém, a maior parte destes profissionais está alocada fora do mercado, pois há um grande incentivo às academias/universidades, e, até mesmo por uma questão de atingir metas de avaliação institucional, de maneira que incentivam a publicação de artigos durante o processo de pesquisa. Contudo, esta prática, além da divulgação de informações sigilosas em teses de mestrado e doutorado, tem contribuído para diminuir o interesse comercial de parceiros privados.

Isso porque, o maior dilema está no fato de que ao tornar público um conhecimento através de um artigo ou tese, perde-se o direito de se proteger esse conhecimento por meio de uma patente, que é a ferramenta que permitirá o uso exclusivo de uma empresa ou instituição de um conhecimento por certo período de tempo.

A perda do direito à patente se deve ao fato de que, com a publicação de um artigo científico no assunto, a patente não gozaria de um de seus principais requisitos para ser concedida: o requisito da novidade. Ademais, o quadro acima indica outros fatores igualmente importantes que afastam a ciência do mercado no Brasil.

Conforme se pode observar no quadro abaixo, no *ranking* dos dez países que mais investiram em pesquisa e desenvolvimento (P&D), no ano de 2003, não se encontra o nome do Brasil. Dentre os países em desenvolvimento apenas China, Coréia e Índia estão na lista do quadro. E estes países sofreram na última década uma brusca alavancada no desenvolvimento econômico. Inclusive, observa-se hoje em dia a China com olhos de futura potência econômica mundial, se não é que ainda não se tornou.

1	Estados Unidos	284,6
2	Japão	114,0
3	China	84,6
4	Alemanha	57,1
5	França	37,5
6	Reino Unido	33,6
7	Coréia	24,4
8	Índia ¹	20,7
9	Canadá	18,7
10	Itália ²	17,7

¹ - Dado de 2001. ² - Dado de 2002

Quadro 3 - Ranking dos dispêndios com P&D, em 2003 (Bilhões de dólares em PPC) (%)

Fonte: Marcos, 2006, p. 53.

Cumprе ainda demonstrar que, dentre os países em desenvolvimento, o Brasil, no ano de 2003, ficou apenas em quinto lugar de acordo com o volume de investimento no setor de P&D, consoante o quadro abaixo.

1	China	84,6
2	Coréia	24,4
3	Índia ¹	20,7
4	Rússia	16,9
5	Brasil ²	12,2
6	África do Sul	4,0
7	México ³	3,6
8	Turquia ⁴	3,0
9	Cingapura	2,2
10	Tchecoslováquia	2,2

1 - Dado de 2001. 2 - Dado de 2000. 3 - Dado de 2001. 4 - Dado de 2002.

Quadro 4 - Ranking das economias em desenvolvimento, de acordo com o volume de investimentos em P&D, 2003 (Bilhões de dólares em PPC) (%)

Fonte: Marcos, 2006, p. 59.

A porcentagem de investimentos em P&D do Brasil é visivelmente baixa, perto dos países em desenvolvimento. A China domina este tipo de investimento, porém, é a Coréia que deve servir de paradigma na área tecnológica para os países em desenvolvimento. (Marcos, 2006)

O Brasil também possui política de incentivos na área de tecnologia. Por exemplo, no fim do ano de 2003, comenta Marcos, (2006), o governo brasileiro divulgou um documento que continha linhas gerais da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), com o objetivo de incentivar a mudança do patamar competitivo da indústria brasileira com base na diferenciação e inovação de produtos.

Analisando o novo Ranking, lançado em 2014, verifica-se que o cenário mudou muito pouco. Os dez países que mais investiram em desenvolvimento e tecnologia, em ordem sequencial, do primeiro ao décimo, são Israel, Finlândia, Coréia do Sul, Japão, Suécia, Dinamarca, Suíça, Alemanha, Estados Unidos e Áustria.¹⁴⁸ Nesta mesma lista, o Brasil aparece apenas no 36º do ranking.

Verifica-se que no caso específico da Coréia, conforme será melhor explorado abaixo, o grande investimento em tecnologia tem sido contínuo, passando de sétimo para terceiro lugar.

Ainda com base na obra de Marcos (2006, p. 87), observa-se que:

A Lei n. 10.973, conhecida como Lei de Inovação, foi sancionada em dezembro de 2004 e regulamentada em outubro de 2005 pelo Decreto n. 5.563. A nova Lei foi organizada em torno de três eixos: a constituição de um ambiente propício à construção de parcerias entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o estímulo direto à inovação na empresa.

O governo brasileiro incentivou ainda por meio de política fiscal os investimentos em P&D, na área de Ciência e Tecnologia, renunciando, somente no ano de 2006, a quase dois e meio bilhões de reais em tributos. Houve também incentivos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentre outros. (Marcos, 2006)

Contudo, a concentração da atividade de P&D e da inovação não é um ponto forte brasileiro. Alguns países em desenvolvimento do oriente investem muito mais em tecnologia de ponta que o Brasil, conforme supra demonstrado.

¹⁴⁸ CALEIRO, João Pedro. 15 países que mais investem em pesquisa (e o Brasil em 36º). Revista Exame.com. 13/03/2014. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/15-paises-que-mais-investem-em-pesquisa-e-o-brasil-em-36o/lista>> Acesso em: 22/05/2016.

Marcos (2006, ps. 107/108) brilhantemente explica que:

O meio empresarial brasileiro sempre se mostrou tímido no que diz respeito aos investimentos em atividades inovativas. Estes se limitam em grande parte à aquisição de máquinas e equipamentos destinadas a melhorar a eficiência do processo produtivo. Não faz parte da cultura e da postura da maioria das empresas localizadas no país o investimento na geração de conhecimentos com o objetivo de aumentar sua competitividade nos mercados em que atuam.

[...]

No período mais recente, a economia brasileira foi beneficiada por um ambiente internacional excepcionalmente favorável. Em particular, a forte expansão do comércio mundial e a expressiva alta nos preços das *commodities* permitiram ao país registrar elevados superávits comerciais nos últimos anos. Embora tenha havido um crescimento nas vendas externas de manufaturados, é sabido que o positivo desempenho da balança comercial deveu-se sobretudo às exportações de produtos de baixo valor agregado, com baixa ou média-baixa intensidade tecnológica. Mas o que o país precisa é estimular os setores industriais de maior intensidade tecnológica e inovar em produtos, procurando se distanciar dos produtos padronizados, em que o principal fator de concorrência no mercado global é o preço. Ao mesmo tempo, deve buscar manter os ganhos crescentes de eficiência produtiva nos setores tradicionais. Ou seja, o Brasil deve caminhar na direção do adensamento tecnológico tanto dos setores industriais tradicionais como dos segmentos de mais elevada intensidade tecnológica.

Assim, pode-se concluir que o Brasil precisa empreender esforços no sentido de reconstruir a sua capacitação em planejamento e na definição de prioridades, pois somente um detalhamento de ações estratégicas e diretrizes realmente objetivas, em programas prioritários, poderá elevar definitivamente o nível tecnológico e conseqüentemente competitivo do país no mundo da tecnologia.

Pelo contrário, bem explica Marcos (2006), que o que se tem visto é uma grande desorganização na execução das ações públicas na área de ciência, tecnologia e inovação. O mercado brasileiro ainda é fortemente voltado para os produtos de baixa intensidade tecnológica, como as *commodities*, deixando, com isso, de incentivar as empresas a investirem em P&D.

O Brasil precisa realmente é se inspirar nas experiências mais bem-sucedidas dos países desenvolvidos e de alguns países em desenvolvimento, como é a famigerada trajetória da Coréia do Sul, onde a inovação é tida como estratégica para a competitividade dos grandes grupos privados, e, recentemente, nas empresas de menor porte das cadeias produtivas, as quais o governo atua

incentivando a capacitação e atualização tecnológica, com a conseqüente geração de conhecimento e sua aplicação no sistema produtivo. (Marcos, 2006)

3. O caso particular da Coréia do Sul

A Coréia do Sul, ou simplesmente Coréia, é o país em desenvolvimento que primeiro despontou na questão tecnológica para o mundo. É o único país em desenvolvimento que a apresentar a porcentagem de investimentos em P&D sobre o PIB (2,6%) superior à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (Marcos, 2006)

A Coréia possui mais tradição em pesquisa do que os outros países em desenvolvimento e traça sempre estratégias bem articuladas, sendo uma de suas marcas o estabelecimento de prioridades estratégicas a partir de um plano de longo prazo, pois, segundo Marcos (2006), a Coréia investe muito bem em tecnologias portadoras de futuro, com pretensões de ser a sétima potência mundial em ciência e tecnologia.

Com a promulgação da lei coreana de Promoção do Desenvolvimento Tecnológico de 1972, que deu amparo à criação de vários tipos de organizações privadas de pesquisa industrial, tais como os centros de P&D na indústria, centros de pesquisa tecnológica industrial e centros de pesquisa em clusters, a Coréia deu um enorme salto tecnológico. (Marcos, 2006)

No ano de 2004, existiam mais de dez mil centros de P&D na indústria coreana, em 2006 ultrapassavam doze mil, sem contar sessenta e sete centros de pesquisa tecnológica industrial para promover projetos cooperativos de P&D, segundo os dados de Marcos (2006). Comenta ainda o autor que a Coréia ainda criou o *Industrial Research Cluster Support Program*, no ano de 2002, iniciado pelo MOST (*Ministry of Science and Technology*). Este instituto tem por finalidade apoiar outros institutos de pesquisa de pequenas e médias empresas em vinte e três clusters, com o objetivo de identificar e desenvolver, conjuntamente, tecnologias chave comuns a todas as empresas.

A Coréia sempre se preocupou com suas médias e pequenas empresas, criando centros locais de pesquisa que atendessem a estes tipos empresariais, de modo a lhes oferecer pesquisa, teste e ensaio, treinamento e aconselhamento. (Marcos, 2006)

Outro grande esforço do governo coreano para promover P&D em pequenas empresas foi a criação, em 1979, do *Small and Medium Industry Promotion Corporation* (SMIPC), observa Marcos (2006). A SMIPC é uma organização autônoma não lucrativa, com o objetivo de implementar vários programas que visam promover as pequenas e médias empresas industriais e que continua ativo até os dias de hoje.

Importante comparar a política tecnológica coreana com a política tecnológica brasileira, pois a coreana é uma comoção do país para auxiliar no crescimento e desenvolvimento da população, incentivando primordialmente o aperfeiçoamento tecnológico do país. A Coréia traça fortes planos para ser, no ano de 2025, a sétima potência mundial em ciência e tecnologia, de acordo com Marcos (2006). Já no Brasil e demais países sul-americanos, as políticas de desenvolvimento andam a curtos passos, pois, apesar de apresentar um conjunto bastante abrangente de mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico nas empresas, o governo mostra grandes dificuldades para operar esses instrumentos.

É necessário que o Brasil e a grande maioria dos países sul-americanos encaixem melhores incentivos, principalmente às pequenas e médias empresas, coração econômico de cada país, de modo a sensibilizar e mobilizar o setor privado para ser mais dinâmico na promoção do desenvolvimento tecnológico, que é a base para a conquista da competitividade global.

4. Conclusão

É sabido que os países que precocemente tiveram a concessão governamental de incentivos às atividades de propriedade intelectual, especialmente a industrial, seja na área fiscal, seja na área estrutural, saltaram na frente no concorrido mercado global e tiveram, em determinado momento, crescimentos exponenciais de suas respectivas economias. É o caso, por exemplo, dos tigres asiáticos, que alavancaram seu crescimento e conhecimento tecnológico, criando um grande parque industrial, despontando economicamente quando comparados com outros países subdesenvolvidos de mesmo porte.

Por isso, é possível afirmar que há uma ligação muito grande entre o incentivo e crescimento da propriedade industrial dentro do mercado interno de um país com o seu crescimento econômico.

Um país que se desenvolve dentro da seara da propriedade industrial possui capacidade de equilibrar e melhorar sua economia, sendo um passo importante, desde que de forma organizada, autônoma e com os cuidados necessários na esfera fiscal, estrutural e política.

5. Bibliografia

BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

2000 XIII CONGRESO ARGENTINO Y IX IBEROAMERICANO DE DERECHO SOCIETARIO Y DE LA EMPRESA

BARRAL, Welber et al. Propriedade intelectual e desenvolvimento. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

BARROS, Carla Eugenia Caldas. Manual de direito da propriedade intelectual. Aracaju: Evocati, 2007.

CALEIRO, João Pedro. 15 países que mais investem em pesquisa (e o Brasil em 36º). Revista Exame.com. 13.03.2014. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/15-paises-que-mais-investem-em-pesquisa-e-o-brasil-em-36o/lista>> Acesso em: 22/05/2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Rubens Ernesto. Manual de Contabilidade das Sociedades por ações. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Marcos, Arruda et al. Inovação tecnológica no Brasil: a indústria em busca da competitividade global. São Paulo: Viniart Design, 2006.

PIMENTEL, Luiz Otávio. Propriedade intelectual e universidade: aspectos legais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

Portal INPI. Brasil, 2016. Disponível em: <www.inpi.gov.br>. Acesso em: 16 mai. 2016.

World Intellectual Property Organization – OMPI. Suíça, 2016. Disponível em: <www.wipo.int/>. Acesso em: 16 mai. 2016.